

# Marcílio admite negociar o ajuste se o déficit público for descartado

Humberto Pradera



Marcílio defende negociação e vê política como "a arte do possível"

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, admitiu ontem que o Governo não espera a aprovação integral do projeto de reforma fiscal, mas quer que o Congresso Nacional garanta o suficiente para que o Tesouro não tenha déficit. "A política é a arte do possível", declarou para explicar que a reforma depende de negociação. Segundo ele, o Governo aceita "a aprovação do possível" desde que permita a coincidência entre "despesa e receita". Quando enviou o projeto para o Congresso, Marcílio anunciou que haveria superávit com a redução do número de impostos e a melhoria do sistema de arrecadação.

Num encontro de uma hora na vice-presidência com Itamar Franco, Marcílio soube das preocupações com a reforma fiscal que um grupo de 14 parlamentares de sete partidos levaram na manhã de ontem ao presidente interino da República. Eles acham o projeto "abrangente", mas o Governo tinha consciência, conforme contou o ministro, de que a reforma proposta era "ambiciosa". Mas afirmou que o clamor da sociedade para que a reforma não fosse "algo já desidratado" foi atendido.

**Preocupações** — Quanto às preocupações dos parlamentares, Marcílio acha que parte pode ser aliviada com esclarecimentos a serem feitos pela equipe econômica e outra parte tem que ser negociada. O ministro ressaltou que o Governo está aberto às negociações e que o projeto "não é uma imposição" do Executivo. Marcílio disse que em uma reunião com o presidente da comissão de reforma fiscal, deputa-

do José Dutra, ele e a equipe da Economia se colocaram à disposição do Congresso.

O ministro afirmou ainda que não sabe quando começará a viajar junto com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, aos estados para convencer políticos e empresários da importância da reforma. A estratégia está sendo bolada pelo grupo que estuda a campanha publicitária do projeto de reforma fiscal. Marcílio disse que o presidente em exercício também está ajudando na divulgação da reforma, pois ontem conversou este assunto com os parlamentares que o visitaram.

Ao comentar as críticas à taxação sobre a poupança, Marcílio ressalvou que não se pode pinçar um tipo de taxação, na reforma fiscal, e afirmar que aumenta ou diminui. "É preciso ter uma visão conjunta para ver se aumentou a taxação líquida de certos setores, inclusive levando em conta a despesa, porque a justiça fiscal não se faz só do lado de despesas, mas de receita", analisou.

No caso das alíquotas sobre transações financeiras, afirmou que qualquer mudança terá que ser aliviada a partir de seu impacto no caso de ser compensada, por exemplo, aumentando-se outra alíquota ou reduzindo despesas. "O que não é possível é dar opinião sobre apenas um imposto — são 9", ponderou. No despacho com o presidente em exercício, a equipe econômica também discutiu conjuntura econômica e o início dos trabalhos para elaboração do orçamento. Itamar agendou com Marcílio, para amanhã, uma reunião para tratar dos problemas da Embraer.